

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.537 - SP (2019/0025875-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : VINÍCIO PARIDE CONTE  
**RECORRENTE** : MARIA HELENA CALABRESI CONTE  
**RECORRENTE** : MÁRCIO CALABRESI CONTE  
**RECORRENTE** : FRANCO FRANCHINI  
**RECORRENTE** : MARIA LAURA GIULIANA GUIDI FRANCHINI  
**RECORRENTE** : OSWALDO BURATTINI  
**ADVOGADO** : MÁRCIO CALABRESI CONTE E OUTRO(S) - SP158143  
**RECORRIDO** : SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE  
**ADVOGADOS** : FERNANDO NEVES DA SILVA E OUTRO(S) - DF002030  
HUGO METZGER PESSANHA HENRIQUES - RJ151285  
**ADVOGADOS** : CRISTINA MARIA GAMA NEVES DA SILVA E OUTRO(S) -  
DF032288  
BARBARA GALO E OUTRO(S) - SP257306  
JOSÉ HENRIQUE CASTELO BRANCO NEVES DA SILVA E  
OUTRO(S) - DF046240  
**INTERES.** : ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA  
**ADVOGADO** : FERNANDO ACAYABA DE TOLEDO - SP021771

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. **RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** PLANO DE SAÚDE COLETIVO. MANUTENÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. POSTERIOR PROLAÇÃO DA SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO. PAGAMENTO DA OBRIGAÇÃO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. RECURSO PREJUDICADO.

**DECISÃO**

Infere-se da petição inicial que SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE (SUL AMÉRICA) interpôs agravo de instrumento contra a decisão que, proferida nos autos da ação de obrigação de fazer nº 0105600-31.2005.8.26.0100 ajuizada por VINÍCIO PARIDE CONTE e outros (VINÍCIO e outros), em fase de cumprimento de sentença, deferiu pedido de tutela de urgência formulado, para determinar que aquela se

# *Superior Tribunal de Justiça*

*abstenha de adotar quaisquer medidas para cobrança das parcelas vencidas e vincendas do plano de saúde objeto da presente lide, bem como eventual cancelamento deste, enquanto não for efetivamente disponibilizado aos autores nos moldes determinados pelo Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 1.106.557).*

O Tribunal bandeirante deu provimento ao recurso em acórdão que recebeu a seguinte ementa:

*TUTELA DE URGÊNCIA. Plano de saúde. Decisão que defere pedido de suspensão do cancelamento do plano, impedindo a operadora de cobrar as parcelas vencidas e vincendas. Decisão que se revoga. Art. 296 CPC.*

*Beneficiários que admitem o inadimplemento das parcelas do plano. Operadora que, a despeito do inadimplemento, demonstra que os planos de saúde estão ativos e que lhes encaminhou as apólices, cartões de identificação, livretos com indicação da rede referenciada e boletos de pagamento das mensalidades. Agravados que se manifestaram tardiamente e não lograram provar o suposto descumprimento de ordem judicial atribuído à agravante.*

*Recurso provido (e-STJ, fl. 462).*

Os embargos de declaração interpostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 513/519).

Inconformados, VINÍCIO e outros manejaram recurso especial calcado no art. 105, III, *a*, da CF, alegando ofensa aos arts. 16, 294, 300, 373, 489, 492 e 1.022, todos do NCPC, e 6º, IV e VIII, do CDC.

O recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 550/551).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso está prejudicado.

De plano, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Da perda superveniente do interesse recursal

O STJ já consolidou o entendimento de que **fica prejudicado o recurso especial interposto contra acórdão que julga o agravo de instrumento quando prolatada sentença.**

Confira-se, a propósito, a ementa do seguinte julgado:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. RECURSO ORIGINADO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE MÉRITO. PERDA DE OBJETO DO RECURSO. PREJUDICIALIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE. REEXAME DA CAUSA. REJEIÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. [...]*

*2. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, fica prejudicado, pela perda de objeto, o recurso especial interposto contra acórdão que examinou agravo de instrumento, quando se verifica a prolação da sentença de mérito, haja vista que nela a cognição é exauriente.*

*3. [...]*

*4. Agravo interno não provido.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

(AgInt nos EDcl no REsp 1.390.811/AM, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, j. 20/6/2017, DJe 26/6/2017 – sem destaque no original)

No caso, após consulta no sítio eletrônico do TJSP, verifica-se que o Juízo de primeiro grau proferiu sentença de extinção do feito, em virtude do cumprimento da obrigação, **aos 29/5/2019**, estando, portanto, prejudicado este recurso.

Na forma do art. 34, XI, do RISTJ, inclui nas atribuições do relator a competência para julgar prejudicado o pedido ou o recurso em razão da perda de seu objeto.

Nessas condições, com fundamento no art. 34, XI, do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016) **JULGO PREJUDICADO** o recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator